



AS PRIMEIRAS MULHERES REPÓRTERES

Isabel Ventura

**AS PRIMEIRAS  
MULHERES REPÓRTERES**



Portugal nos anos 60 e 70

Prefácio de Fernando Alves

**LISBOA:**  
TINTA-DA-CHINA  
MMXII

© 2009, Isabel Ventura e  
Edições tinta-da-china, Lda.  
Rua João de Freitas Branco, 35A  
1500-627 Lisboa  
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30  
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *As Primeiras Mulheres Repórteres —  
Portugal nos anos 60 e 70.*

Autora: Isabel Ventura  
Prefácio: Fernando Alves  
Revisão: Tinta-da-china  
Capa e composição: Tinta-da-china

1.ª edição: Julho de 2012

ISBN: 978-989-671-003-3  
Depósito Legal n.º 345912/12

## ÍNDICE

9	Agradecimentos
11	Prefácio, por Fernando Alves
17	Introdução
25	PARTE I: OBJECTIVOS
27	Objectivos gerais e específicos
37	PARTE II: PROBLEMÁTICAS
45	PARTE III: AS MULHERES E O ESTADO NOVO
47	A categoria género e as fontes orais nos estudos sobre as mulheres
53	Enquadramento do tema
73	O contexto histórico
135	PARTE IV: AS JORNALISTAS
137	Perfis das jornalistas
141	Alice Vieira: «Não há jornalistas.»
147	Edite Soeiro: «Três dias depois de o meu filho nascer já estava a trabalhar.»
153	Diana Andringa: «As jornalistas não eram mulheres... eram jornalistas.»
159	Leonor Pinhão: «Os dirigentes desportivos achavam graça ser uma miúda e estar ali.»
165	Maria Antónia Palla: «Ela escreve como um homem.»
169	Maria Teresa Horta: «Li Simone de Beauvoir aos 14 anos e isso mudou a minha vida.»
175	Conclusões
185	<i>Notas</i>
199	<i>Bibliografia</i>

## AGRADECIMENTOS

Esta obra é fruto de um esforço colectivo, pois beneficiou do contributo de várias pessoas.

Até à sua conclusão vivi *dos* meus amigos, que me suportaram as crises e angústias, que me patrocinaram gargalhadas e promoveram sorrisos, que me ajudaram a aguentar o peso do quotidiano cujo fio por vezes tão tortuoso me impelia para o caminho mais fácil — o da desistência. Mas nenhum me deixou cair. E o resultado são estas páginas, nas quais está parte da vida de algumas mulheres, às quais endereço um agradecimento particular e a quem declaro a minha admiração. Uma lembrança especial a Edite Soeiro, intrépida repórter, cuja memória este livro pretende também homenagear. Registo igualmente o meu agradecimento e reconhecimento ao Fernando Alves, pela enorme generosidade que revelou no prefácio do livro, e à equipa da Tinta-da-china, pelo entusiasmo com que acolheu a ideia de publicar este texto.

Nestas páginas estão também a paciência, a orientação e a amizade do dr. Mário Mesquita, sem o qual este livro jamais teria sido concluído; estão a amizade,

o incentivo e a empatia da doutora Teresa Joaquim; está a grande amizade da Maria João Galvão Santos, do Ricardo Paes Mamede (sem os teus *balões de oxigénio* eu não estaria aqui), da Antónia Estrela (longo o *caminho* que percorremos juntas), da Elisa Seixas e da Adriana Fernandes. E, por fim — mas não de somenos importância —, estão (*sobretudo*) a presença e o apoio discretos, mas sempre certos, da minha família (dos meus pais, do Marcelo e da minha irmã — de sangue e de *água*). Uma palavra especial para a Kiara, em cujo futuro reside a *esperança*.

É, portanto, a todos(as) eles(as) que dedico este livro.

PREFÁCIO  
por Fernando Alves

**E**u quis ler este livro porque num primeiro momento, ele me trouxe, de novo, a voz de Edite Soeiro.

Quando, em finais de 1975, com apenas 21 anos, regresssei a Portugal, vindo de uma Luanda conturbada, onde a rádio já não era a mais bela trincheira da revolução, António Macedo apresentou-me a Edite Soeiro, ao tempo chefe de redacção da revista *Flama*. Eu era um rapaz desconhecido, de longa cabeleira indomável e sem almofada partidária. Edite Soeiro (figura mítica, cuja carreira começara aos 16 anos no *Intransigente*, na mesma Benguela amada onde, também aos 16 anos, eu entrei para a rádio) jamais me tinha escutado, muito menos lera uma pobre frase minha. Mas cuidou de mim como se eu fosse um filho pródigo.

Certa vez, estando com ela na pastelaria Smarta, a conversa chamou a atenção de um cavalheiro na mesa ao lado. O cavalheiro era afinal Alexandre Manuel, chefe de redacção da *Vida Mundial*, dirigida por Augusto Abelaira. Nesse mesmo dia, Alexandre Manuel desafiou-me a escrever sobre a actualidade angolana e mandou-me

entregar a prosa na Rua do Século. Foi lá que conheci Diana Andringa, em cujas mãos depositei, com vénia e gratidão, os textos que lá me publicaram até que, entretanto, a rádio me cobriu, de novo, com a sua asa.

Este livro faz-me reencontrar também a cumplicidade de Diana. E reconduz-me aos dias em que o meu querido amigo Manuel, da Lello, me passou, a um canto do balcão da livraria, em Benguela, com um gesto cúmplice, um exemplar de *As Novas Cartas Portuguesas*, que fizera escapar à vigilância dos censores e que muito contribuiu para a minha tomada de consciência das hoje designadas questões de género.

E traz-me este livro, ainda, os testemunhos de outras notáveis mulheres, das quais Isabel Ventura não pretendeu apresentar-nos um fio apetecido de biografias cruzadas. O que a autora exemplarmente visou foi a revisitação e a compreensão de um tempo de reposteiros e alçapões, de liberdades vigiadas e direitos minguados. Ela conta-nos o modo como seis mulheres jornalistas conquistaram o seu lugar num «território de homens», num tempo de opressão. Era a ditadura, era a censura. Mas era, também, um conservadorismo beato e preconceituoso.

Estas mulheres tiveram de lutar, por um lado, contra as arbitrariedades de um regime repressivo e, por outro, contra a arrogância e/ou a insensibilidade dos seus próprios camaradas de profissão, mesmo os mais «progressistas». E lutaram.

Como se viu mais tarde, não bastava, não bastou, derrubar a ditadura para que tudo mudasse.

O que aqui nos é revelado não será propriamente «novidade», salvo para os mais distraídos. Já sabíamos, já pressentíamos, que era assim, que fora assim. Mas não tínhamos «visto», não tínhamos «entrado» desta maneira no interior das redacções, na década em que o mundo ia começar a mudar mas em que a percentagem de mulheres jornalistas sindicalizadas era apenas de dois por cento. É que, como nos lembra Isabel Ventura, em 1960 havia dez mulheres jornalistas sindicalizadas, algumas delas desempenhando apenas funções de apoio. As mulheres que chegavam às redacções estavam confinadas à secção de Sociedade, às páginas culturais, aos suplementos juvenis.

Maria Teresa Horta conta, por exemplo, que «a entrada nas instalações do *Século* era reservada a homens e que as publicações femininas tinham redacções à parte».

Um dos méritos deste livro é que ele nos leva a «ver» o que já sabíamos mas ainda não tínhamos «visto», o que sabíamos de um modo difuso, desenquadrado. Mas este livro dá-nos, também, o contexto histórico em que a luta, tantas vezes silenciosa, desamparada e incompreendida, das mulheres jornalistas se foi travando. Ela não deve, por isso, ser vista à margem de todas as outras lutas das mulheres portuguesas. A História recente mostra-nos, aliás, que a luta das mulheres foi sempre redobrada e que elas raramente tiveram, no texto constitucional, no espírito e na letra da lei, na tábua dos direitos, quinhão igual ao dos homens.

Antes do Estado Novo, também a República não foi justa para as mulheres que por ela tanto lutaram. Desde logo no direito de voto. Não nos esqueçamos de Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher que votou durante a I República. Ela ousou fazê-lo contra a legislação existente e contra a vontade da própria direcção republicana. E Maria Veleda, que em 1909 gritou, nas galerias do Parlamento, um vibrante «Viva a República!» — e já antes discursara ao lado de Magalhães Lima —, viria a escrever, em 1912, profundamente desiludida, que é preciso começar pelo fim, isto é, pelos direitos políticos das mulheres.

É isso que este livro de Isabel Ventura nos diz também: quando lembra o modo como Maria Lamas, directora da *Modas e Bordados*, sofreu as consequências de ter organizado uma exposição sobre mulheres escritoras; ou quando sublinha a passagem da Constituição de 1933 que, reconhecendo a «igualdade perante a lei», ressalva, em desfavor da mulher, as «diferenças resultantes da natureza e do bem da família». Daqui decorre, como conclui a autora, que «as mulheres portuguesas eram, por lei constitucional, seres biologicamente condicionados, muito embora o legislador não tenha especificado o alcance das diferenças».

E, afinal, que raio de «condicionamento» terá levado o director do jornal onde Maria Teresa Horta trabalhava a não destacar um repórter para a cobertura do chamado «processo das 3 Marias», intensamente acompanha-

do pela imprensa estrangeira? Como a própria Maria Teresa Horta sublinha, «é verdade que a censura não deixaria passar. Contudo, seria uma forma de marcar posição e mostrar solidariedade».

Essa ausência de solidariedade é muitas vezes evidenciada ao longo deste livro, e de forma perturbadora. A dada altura, Diana Andringa conta que, quando propuseram a Carlos Ferrão que ela colaborasse na *Vida Mundial*, o director, um velho republicano, respondeu ao interlocutor: «Deve estar doido, as mulheres não têm cérebro para fazer jornalismo.» Muita coragem foi necessária para lutar simultaneamente em duas frentes: contra os abusos da ditadura e contra as práticas sexistas mais descaradas ou subtis. E é claro que esta não foi uma fatalidade portuguesa.

Quando mergulhava neste apaixonante livro de Isabel Ventura, encontrei, por mero acaso, uma nota sobre a composição do *New York Times* no início dos anos 70. Entre os 420 repórteres do jornal, havia 40 mulheres. Nem uma colunista, nem uma editorialista, nem uma repórter fotográfica. Mas, desde o início de Setembro de 2011, Jill Abramson passou a ocupar o lugar de editora executiva do jornal. Outro novo editor executivo é o negro Dean Baquet. Valeu a pena a luta travada desde meados dos anos 70 e que chegou mesmo à barra dos tribunais. A *New Yorker* publicou recentemente uma reportagem sobre a ascensão de Abramson ao topo da pirâmide, uma ascensão por mérito, pela qual foi preciso esperar anos a fio. Quando



as novas nomeações foram comunicadas à redacção do *NYT*, houve quem não contivesse as lágrimas. Susan Chira, também editora do jornal, contou à *New Yorker* que, há 30 anos, quando entrou para o *NYT*, as mulheres que lá trabalhavam eram «tristes e amargas». Não é de espantar.

Como lembra Alice Vieira, citando Maria de Lourdes Pintasilgo, «os homens e as mulheres só estarão em pé de igualdade no dia em que uma mulher incompetente ocupar um lugar de chefia».

As mulheres que falam neste livro são as que abriram portas para que as coisas começassem mudar nas redacções dos jornais. Ocorrem-me vários nomes de outras mulheres jornalistas cujo trabalho e cujo exemplo ajudaram a mudar radicalmente o rosto das redacções portuguesas. Hoje, elas dão cartas. Mas ainda não definem o jogo. Dito de outro modo, nem sempre escolhem o trunfo.

## INTRODUÇÃO

EM 2005, o Sindicato dos Jornalistas recebeu a inscrição de 156 novos associados, dos quais 90 eram mulheres. Em 1960 — início do período aqui analisado — a percentagem de mulheres sindicalizadas era de dois por cento, correspondendo a dez jornalistas do sexo feminino. Destas, algumas poderiam desempenhar funções de apoio à redacção<sup>1</sup>. De dez mulheres sindicalizadas no início da década de 60, passamos a 190<sup>2</sup> em 1980.

Este diferencial é acompanhado por fortes alterações sociais em Portugal. O estatuto de homens e mulheres sofreu mutações jurídicas<sup>3</sup> e a população experimentou influências externas, as quais (antes) eram exclusivas de camadas sociais privilegiadas que tinham um contacto efectivo com o exterior. O jornalismo e a sua indústria não escaparam a essas mudanças. Que antecedentes permitiram que o cenário se alterasse desta forma num período de 20 anos?

Após o golpe de Estado de 1926 e da posterior consolidação do Estado Novo, a sociedade portuguesa vê-se confrontada com um regime autoritário promotor

da máxima «Deus, Pátria e Família». Estes preceitos irão afectar transversalmente todas as áreas da vida dos portugueses, nomeadamente no campo dos direitos e garantias de cidadania. Para assegurar o controlo social, o Estado prevê, na Constituição de 1933, a censura para os casos de natureza política ou social que ponham em causa a ordem pública. Mais tarde, Marcelo Caetano mudará o nome da censura para exame prévio, no âmbito de uma «mudança na continuidade» do regime que ficará conhecida por Primavera Marcelista. Este instrumento do poder tem um profundo impacto na imprensa, homogeneizando os seus conteúdos<sup>4</sup>. A este respeito, a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista<sup>5</sup> resume assim a acção da censura sobre os jornais:

Durante quase 48 anos da sua terrível, castradora e humilhante actividade — pois nem um só minuto, desde logo a seguir ao 28 de Maio de 1926, até ao libertador 25 de Abril de 1974, ela deixou de existir e funcionar, com todo o primarismo e brutalidade — a Censura fez um número incalculável de cortes totais e/ou parciais, sem dúvida muitas dezenas ou centenas de milhares, na mais longa e impiedosa perseguição e destruição da informação e da cultura portuguesa que a nossa história regista.

Nos relatórios da Direcção dos Serviços de Censura podem conhecer-se algumas das sanções aplicadas aos jornais que ousavam desafiar as suas ordens. Aquelas

poderiam ser de variados tipos, passando pela suspensão<sup>6</sup>, como ilustra este exemplo:

[...] com 30 dias de suspensão o jornal *A Voz da Póvoa*, por ter submetido à apreciação da Comissão de Censura do Porto uma prova impressa contendo uma carta injuriosa a estes serviços.

Por vezes, optava-se pelas sanções pecuniárias, como o demonstra a multa de 1000\$00<sup>7</sup> aplicada ao *Jornal de Notícias*, acusado de ter publicado um «anúncio inconveniente que não submeteu a censura prévia».

A imprensa portuguesa sofre de uma crónica falta de liberdade de expressão, que condiciona não só a forma, mas também o conteúdo das notícias que são transmitidas. As redacções recebem «circulares» com instruções sobre os cuidados a ter com os conteúdos e os factos a evitar:

No *Evening Standard*, de Londres, foi publicada uma correspondência de Lisboa (?) em que se lança o boato da existência de uma corrente, nos meios políticos espanhóis, segundo a qual se pretendia fazer a anexação de Portugal que ficaria dirigido por um governador. Não permitir referência a esse estúpido artigo. Igual recomendação quanto ao artigo publicado no *Daily Telegraph & Morning Post* que apresenta Portugal como objecto de influência e propaganda alemãs. Sabe-se que este último artigo não é do correspondente oficial em

Lisboa. Os dois casos e outros que se conhecem [...] revelam renovação de métodos de luta tendentes a abalar a confiança na Espanha e no recente tratado de paz e amizade. O próprio *Times* tem publicado artigos que não convém transcrever em que se lança dúvida sobre a firmeza do General Franco.

A censura corta conteúdos de texto e imagem, afectando o quotidiano das redacções, que dependem de autorização externa — negociando telefonicamente, por vezes até aos últimos minutos, os conteúdos visados — para fechar o jornal ou até mesmo para enviar um correspondente ao estrangeiro. A censura ou o exame prévio — cujo nome assume claramente a necessidade de avaliar os órgãos de comunicação social — estimulará um cenário de mimetismo na imprensa portuguesa.

Na década de 60, contudo, os jornais vespertinos são alvo de algumas alterações que provocam um certo dinamismo nos conteúdos jornalísticos. A propriedade dos jornais dividia-se entre o Estado, os grupos económico-financeiros e os «grupos de família»; o *Século*, o *Diário Popular* e o *Diário de Lisboa* pertenciam às famílias Pereira da Rosa, Balsemão e Ruella Ramos. É entre os jornais detidos por grupos familiares que surgem «novos pontos de vista políticos e comerciais, que o aparelho do regime não consegue controlar tão facilmente», segundo afirmam Seaton e Pimlott<sup>8</sup>. Ou seja, inicia-se assim a afirmação de uma nova lógica comercial e editorial.

É neste contexto que vemos algumas mulheres a entrar nas redacções dos jornais generalistas. Até lá, elas estavam essencialmente confinadas às publicações femininas (por exemplo, Maria Lamas, na revista *Modas e Bordados*) ou afectas a instituições ou organizações, como é o caso de Maria Joana Mendes, na revista *Menina e Moça*. Destas não se pretende falar, já que não eram jornalistas a tempo inteiro (Maria Joana Mendes) — antes dirigiam ou escreviam para revistas de associações das quais faziam parte — ou, no caso de Maria Lamas, tiveram um campo de actuação cronologicamente anterior ao que neste livro se pretende analisar. O objectivo é, pois, perceber em que contexto a imprensa portuguesa abriu as portas (e não apenas brechas) às mulheres portuguesas.

Das que integraram as redacções nessa altura, ou cujo percurso passa pelos jornais, destacam-se algumas que, pelas suas características pessoais e profissionais, considero que contribuíram não só para abrir caminho às seguintes — percorrendo um caminho difícil e solitário — mas também chamando a si causas que lhes eram caras.

Maria Antónia Palla, Diana Andringa e Maria Teresa Horta utilizaram o jornalismo como forma de denúncia para a situação de desigualdade em que viviam as mulheres portuguesas, fosse em termos laborais, familiares ou no que respeitava aos direitos de maternidade e à despenalização do aborto, por exemplo. Edite Soeiro iniciou-se na profissão muito jovem, desempenhando múltiplas tarefas, e foi alvo do preconceito que impunha

— também na redacção — certos temas às mulheres ou que excluía outros — como o desporto. Mais sorte teve Leonor Pinhão: iniciando-se na segunda metade da década de 70, entrou para um jornal desportivo, sendo a primeira mulher jornalista de um jornal temático, neste caso *A Bola*. Alice Vieira, oriunda de uma família burguesa e tendo vivenciado uma «infância super-protegida» (*sic*), entrou no jornalismo através da colaboração num suplemento juvenil.

Estas mulheres aceitaram o desafio de integrar uma profissão essencialmente masculina e suportaram o «paternalismo» com que eram frequentemente tratadas nas redacções. Durante as suas carreiras, algumas foram distinguidas com prémios (Maria Antónia Palla e Diana Andringa, Edite Soeiro); aceitaram dirigir suplementos, revistas, jornais ou empresas editoriais (Edite Soeiro, Maria Teresa Horta, Alice Vieira, Leonor Pinhão). Enquanto editoras (à excepção de Leonor Pinhão, que chegou a este cargo após o 25 de Abril), lutaram contra a censura, defendendo o direito de publicar os textos dos colegas, não se deixando intimidar com os comentários de alguns censores, que apelavam às suas funções enquanto mães: «[...] a dr.<sup>a</sup> não tem um filho? Porque é que não escolhe outra profissão? Vá para casa cuidar do filho» (Maria Teresa Horta em entrevista)<sup>9</sup>. Estas mulheres representam não uma amostra de um grupo, mas exemplos extraordinários e únicos nos episódios que constituem o percurso das mulheres na imprensa portuguesa.

Este livro divide-se em quatro partes, iniciando-se a primeira com os objectivos gerais e específicos da investigação, os limites do tema, a explicação e a justificação para a selecção das jornalistas, bem como as metodologias adoptadas.

A segunda parte é dedicada às problemáticas de fundo que motivaram este trabalho, centrando-se na descrição do contexto histórico e das condições e dificuldades sentidas pelas jornalistas no exercício da profissão.

A terceira parte — dedicada à situação das mulheres no Estado Novo — divide-se em três capítulos: o primeiro com enfoque na definição da categoria de género e na descrição do contributo das fontes orais para os estudos sobre as mulheres. Segue-se a referência à educação e à intervenção social femininas durante a época estudada, bem como a principal legislação relativa às mulheres. O último capítulo centraliza alguns dos acontecimentos fundamentais e marcantes na história do período abrangido. Nele contextualizamos vários cenários de contestação ao regime, com referência às eleições de 1958; referimos também a importância da publicação das *Novas Cartas Portuguesas*; identificamos os principais argumentos que justificavam a resistência à entrada das mulheres nas redacções e explicamos de que forma elas contornaram essa oposição; por último, debruçamo-nos sobre a relação que estas jornalistas têm com a palavra feminismo.

Na quarta parte é traçado um breve perfil das seis mulheres que integram este trabalho.

No final, apresenta-se uma síntese conclusiva.

PARTE I

Objetivos

## OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

### Delimitação do tema

Nos anos 60, as poucas mulheres que trabalhavam na imprensa generalista portuguesa estavam afectas a áreas relacionadas com a sociedade (Vera Lagoa, por exemplo<sup>1</sup>), a páginas culturais e a suplementos juvenis (Diana Andringa, Maria Teresa Horta, Alice Vieira) ou traduziam textos (Diana Andringa, na *Vida Mundial*). Outras eram responsáveis pela página feminina ou integravam redacções de revistas temáticas (femininas). Algumas tiveram o primeiro contacto com a imprensa através da poesia: enviaram poemas aos responsáveis pelos suplementos juvenis, onde os/as jovens tinham a oportunidade de ver as suas palavras publicadas. Os suplementos, de resto, funcionaram como canais de captação de jovens e novos talentos (independentemente do género), acabando por beneficiar as mulheres, dado que algumas viram o caminho até à redacção menos dificultado, como observa Joaquim Letria:

[...] Entrou a Helena Neves, para os suplementos, que entretanto começaram a absorver muitas mulheres<sup>2</sup>.

Será na década de 60 que encontraremos trabalhos publicados por algumas destas mulheres, em jornais como o *Diário de Lisboa*, cuja fundação remonta a 1921, e o *Diário Popular*, nascido em 1942 — ambos vespertinos de orientação política de esquerda.

Maria Antónia Palla, que entra para o *Diário Popular*, em 1968, através de um concurso, recorda uma outra colega, Maria Virgínia de Aguiar, a qual desempenhava funções indiferenciadas no jornal. Juntamente com Antónia Palla, entraram no jornal mais duas mulheres (que mais tarde abandonariam a profissão), sendo seleccionadas através de um concurso que consistia na redacção de uma reportagem. Note-se que este não era um procedimento usual como forma de recrutamento na imprensa da época e, apesar de Palla lembrar que se vivia um clima «de preconceito baseado na inadequação feminina», três mulheres<sup>3</sup> conquistaram o lugar na redacção no *Diário Popular*.

Por esta altura, a entrada nas instalações de *O Século* é reservada a homens, segundo conta Maria Teresa Horta<sup>4</sup>. As publicações femininas — ou dirigidas a mulheres — têm redacções à parte. Com este cenário, interessa pois debruçarmo-nos sobre as condições em que ocorre a entrada das mulheres nos órgãos de comunicação social, onde também trabalham homens, cujo alinhamento editorial era de carácter geral e não temático, restringindo-se estes últimos a um tema e respectivos subtemas, como acontecia com as publicações femini-

nas. Lembremos que o Sindicato só permitia admissão a jornalistas da imprensa diária, deixando de fora algumas mulheres que ocupavam cargos em revistas temáticas ou mesmo generalistas, como era o caso da *Flama*, do *Século Ilustrado* ou ainda da *Vida Mundial*.

Optou-se, assim, por balizar o objecto de estudo entre o início da década de 60 e o final da década de 70. Vinte anos em que Portugal assiste a mudanças radicais: alterações jurídicas que atribuem diferentes direitos e deveres a homens e a mulheres, a tentativa de «mudança na continuidade» por parte de Marcelo Caetano, de forma a tornar menos insatisfeitos os críticos do regime, a guerra colonial, fluxos migratórios muito elevados e a passagem de um regime autoritário para um regime democrático, com as respectivas implicações jurídicas e sociais.

Foi igualmente necessário fazer uma delimitação geográfica. Não podemos esquecer que, por esta altura, Portugal ainda incluía alguns países extra-Europa, que não foram considerados para este trabalho. Optou-se, portanto, por cingir a investigação às jornalistas que trabalhavam na capital.

### Seleção das jornalistas

De entre as jornalistas, a escolha recaiu sobre Alice Vieira, Diana Andringa, Edite Soeiro, Leonor Pinhão, Maria Antónia Palla e Maria Teresa Horta. Após algumas

entrevistas exploratórias realizadas a pessoas que exerciam jornalismo nessa altura, considerou-se que estes nomes constituem casos paradigmáticos no jornalismo português nas décadas de 1960 e 1970. Paradigmáticos pela proeza de terem conseguido entrar na profissão em órgãos de comunicação generalistas e não temáticos; por terem dado continuidade à carreira (Maria Antónia Palla refere que com ela entraram mais duas mulheres que poucos anos depois escolheram outras vias profissionais); por, durante o seu percurso profissional, terem atingido um estatuto de reconhecimento entre os seus pares e por terem acedido a posições de chefia e/ou de direcção.

Outro aspecto importante é o facto de cada uma delas intervir politicamente na sociedade, utilizando por vezes o jornalismo como forma de denúncia de situações que consideravam injustas, e as quais criticavam na sua condição de cidadãs e não exclusivamente de mulheres. Ou seja, a selecção baseou-se não no facto de as considerar representativas (de alguma forma) das mulheres jornalistas destas décadas, mas antes por elas terem contribuído para a afirmação das mulheres no jornalismo e na sociedade. Das seis repórteres, quatro têm livros publicados e a sua intervenção social não se fica pela redacção de notícias. Na sua escrita, há críticas sociais e, por vezes, denúncia da situação de inferioridade das mulheres e/ou de outros grupos. Algumas partilham a escrita jornalística com outros registos: Maria Teresa Horta é poetisa e ficcionista, Alice Vieira lançou-se

como escritora de livros juvenis e Leonor Pinhão escreve guiões de cinema.

A escolha de Leonor Pinhão baseou-se sobretudo no facto de ter sido a primeira mulher portuguesa a escrever num jornal desportivo. Apesar de ter iniciado a sua carreira após o advento do 25 de Abril de 1974 e, portanto, não ter atravessado o período da censura, o facto de ter sido a primeira a exercer jornalismo numa área predominantemente masculina faz dela um marco importante.

Todas estas mulheres tiveram acesso à educação, com frequência passaram pelo ensino superior. Algumas tinham já concluído a formação académica aquando da sua entrada no jornalismo, outras continuaram a estudar após o exercício da profissão. Este dado é significativo, uma vez que a maior parte dos seus colegas não tinha o mesmo passado escolar. Segundo apurou José Luís Garcia<sup>5</sup>, as maiores percentagens de jornalistas cujas habilitações vão desde o ensino obrigatório ao complementar (12.º ano) estão concentradas nas faixas etárias mais velhas (de 41 a 55 anos, aqui distribuídos por 63,2 por cento dos homens e dez por cento das mulheres, e com mais de 55 anos, sendo revelador que a percentagem neste grupo cabe inteiramente ao sexo masculino: 90,9 por cento). Em consonância com estas estimativas, são sobretudo as mulheres que, entre os jornalistas mais velhos (daqueles dois grupos etários), possuem em bacharelato ou mesmo licenciatura (80 por cento contra 23,7 por cento na faixa etária que vai dos 41 aos 55 anos).



Por esta altura, verifica-se a existência de um grande número de jornalistas com habilitações escolares reduzidas.

Esta disparidade poderia provocar um certo ambiente de animosidade, uma vez que os que tinham menos habilitações ou, pelo menos, conhecimentos (por exemplo de línguas estrangeiras) podiam sentir-se ameaçados. Diana Andringa, que entrou para a revista *Vida Mundial* como tradutora, recorda que havia editores, e mesmo directores, que não dominavam o inglês. De alguma forma, este detalhe demonstra como, também aqui, se exigia mais a estas mulheres.

As mulheres jornalistas que fazem parte deste estudo tiveram um percurso longo — e atípico, considerando o panorama de escolaridade dos portugueses — antes de exercerem a profissão.

### Objectivos específicos e metodologias

Pretende-se saber quem eram estas mulheres; de que forma entraram no mundo do jornalismo e como evoluíram. Ou seja, identificar qual foi a forma de acesso à profissão, numa altura em que a oferta de trabalho na área era dirigida ao sexo masculino.

Relativamente ao seu percurso profissional, procura-se definir como era o relacionamento com a censura e

com as fontes, para as quais as entrevistas conduzidas por mulheres não eram habituais. Sobre a sua vida na actualidade, pretendeu-se saber quem são estas jornalistas, o que fazem e qual a sua representação do jornalismo e das mulheres jornalistas de hoje.

Para tal, construíram-se breves histórias de vida, verificando-se as origens familiares, a formação escolar e o percurso profissional, organizando-se, portanto, «secções selectivas de uma vida focada» ou «vida solicitada sob questionamento mais ou menos directivo»<sup>6</sup>.

Partindo de um questionário estático, procedeu-se a entrevistas semidirigidas, permitindo que as entrevistadas acrescentassem os aspectos que considerassem importantes e que fizessem uma «enunciação de si». O objectivo não foi o de escrever as biografias destas mulheres; antes, pretendeu-se situá-las, como recomenda Idalina Conde, no «quadro da sua específica experiência social da subjectividade». Propõe-se, assim, focar as histórias de vida das entrevistadas limitando-as à hipótese minimalista, por se circunscreverem à biografia de vida delas enquanto jornalistas:

[...] períodos embrionários à decisão pela vocação; entrada em formação, ambiente, inserção e percurso escolar; [...] experiências e vivências em grupos de pertença ao lado das relações projectivas com grupos de referência, paralelamente à cadeia de alianças/rupturas/transições observadas na travessia de círculos de afinidade

e/ou contraposição electiva; influências, parceiras e concorrências marcantes do trabalho artístico pessoal segundo a evolução do tipo e ritmos de produção [...]

É igualmente importante perceber que tipo de formação e consciências cívicas estas jornalistas possuíam enquanto cidadãs, dado que este é um dos pontos que foi considerado distintivo e determinante da selecção por que se optou. Tendo presente que eram pessoas integradas em famílias, procurou-se averiguar qual foi a reacção dos parentes mais próximos, bem como dos amigos, relativamente à opção profissional que estas mulheres fizeram (algumas das entrevistadas referem que a sua opção não foi bem aceite pela família: Maria Antónia Palla recorda que a mãe nunca compreendeu a sua decisão; Edite Soeiro lembra que o pai recebeu cartas anónimas que reprovavam o trabalho dela no jornal de Benguela; Diana Andringa explica que a mãe sempre preferiu que ela tivesse seguido outra carreira, muito embora isso nunca tenha afectado a sua relação com a progenitora).

É verdade que estas jornalistas não se enquadram no protótipo dos «deserdados» ou daqueles que nunca tiveram acesso à palavra<sup>8</sup>. Acresce ainda que a «história do tempo presente não se faz sem o recurso às fontes orais», como afirma a historiadora Danièle Voldman, citada por Manuela Tavares.

Uma vez que se vivia uma época muito particular da história de Portugal, dado que vigorava um Estado

autoritário, procurámos saber quais as suas posturas políticas. Se militavam em alguma estrutura partidária ou se se identificavam com alguma corrente político-ideológica. Se durante essa década intervieram em alguma acção organizada pela oposição — clandestina ou não. Haveria outras mulheres no jornalismo que fossem afectas ao regime salazarista? Qual é hoje a sua representação da vida política do passado? De que forma conviviam na altura com o facto de serem cidadãs de um país que lhes negava o acesso aos mesmos direitos que os homens, nomeadamente no que à autonomia financeira e individual dizia respeito (careciam de autorização do marido para viajarem ou para abrirem um negócio, por exemplo)?

Interessa igualmente perceber qual era a sua posição face aos feminismos que floresciam no Ocidente (sobretudo no mundo anglo-saxónico) e um pouco por toda a Europa<sup>9</sup>. Quando as mulheres portuguesas se viam confrontadas com um estatuto de inferioridade jurídica e com o «preconceito baseado na sua inabilidade profissional», que posição assumiam face aos movimentos que reclamavam a igualdade entre os géneros em todas as áreas da sociedade?

Tendo em consideração que estas mulheres tinham acesso a um espaço público que era reservado aos homens, sobre o que escreviam? Que grau de intervenção e poder tinham? Que tipo de relação estabeleciam com os seus pares?

De forma a descrever o contexto em que estas pessoas ingressaram no jornalismo, há que fazer uma breve caracterização da profissão na época a que se reporta este livro. É também necessário caracterizar a população portuguesa, isto é, perceber em que sociedade se inseriam as seis jornalistas e o que era esperado das mulheres em geral.

E, por último, pretende-se compreender que representação elas têm de si próprias relativamente ao papel que desempenharam no jornalismo.

Foram estas as principais questões que nos motivaram para a concretização deste livro.

## PARTE II

### Problemáticas

**E**m 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa dos Aliados derruba as ditaduras nazi e fascista. Em Portugal, a oposição à política salazarista cresce e, com os ventos de democracia a soprarem da Europa, os antagonistas do regime parecem ter a sua oportunidade. O Movimento de União Democrática (MUD) conquista apoio popular, e Salazar anuncia eleições à Assembleia Nacional. Perante as manifestações de simpatia pelo MUD, as autoridades proíbem sessões de propaganda por parte da oposição, levando o movimento a retirar-se da corrida eleitoral, apelando à abstenção.

Em jeito de resposta aos críticos e às acusações de falta de condições para eleições livres, Salazar afirma: «não fazemos eleições por ser moda... e as eleições são absolutamente livres, tão livres como na livre Inglaterra». Apesar da contestação ao resultado do escrutínio, alegadamente fraudulento, o regime beneficia do clima de fobia comunista vivido no mundo ocidental, e a ditadura portuguesa sobrevive a mais esta prova.

## BIBLIOGRAFIA

### Monografias

- ÁLVAREZ, Ana de Miguel, *O Feminismo Ontem e Hoje*, Lisboa: Ela por Ela, 2002.
- ARONS DE CARVALHO, Alberto, *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*, Coimbra: Minerva, 1999 (1.ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1973).
- BALSEMÃO, Francisco C. Pinto, *Informar ou Depender?*, Lisboa: Ática, 1971.
- BANTON, Michael, *Discrimination*, Bristol: Open University Press, 1994.
- BARRADAS, Ana, *As Clandestinas*, Lisboa: Ela por Ela, 2004.
- BARRADAS, Ana, *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes*, Lisboa: Antígona, 1998.
- BARREIRA, Cecília, *Confidências de Mulheres: anos 50 — 60*, Lisboa: Editorial Notícias, 1993.
- BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa e COSTA, Maria Velho, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 7.ª Edição, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de, *O Segundo Sexo*, Venda Nova: Bertrand, 1987. Vol. II.
- CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla, *Jornalistas: do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa: Caminho, Coleção: Nosso Mundo, 2007.
- DUBY, Georges *et al.*, *História e Nova História*, Lisboa: Teorema, 1986.
- ECO, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- FIADREIRO, Maria Antónia, *Maria Lamas*, Lisboa: Quetzal, 2003.
- FRADA, João José Cúcio, *Guia Prático para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

- GORJÃO, Vanda, *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Coleção: Estudos e Investigações, n.º 24, 2002.
- JEANNENEY, Jean-Noël, *Uma história da Comunicação Social - das Origens aos Nossos Dias*, Lisboa: Terramar, 1996.
- LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco, *Mulheres para além do Seu Tempo*, Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- LERNER, Gerda. *Why History Matters. Life and Thought*, Oxford. Oxford University Press. 1997, pp. 113-128.
- MAGALHÃES, Maria José, *Movimento Feminista e Educação*, Lisboa: Celta, 1998.
- MAURÍCIO, Maria José, *Mulheres e Cidadania: alguns Perfis e Acção Política — 1949-1973*, Lisboa: Caminho, Coleção Universitária, 2005.
- NEVES, Helena, e CALADO, Maria, *O Estado Novo e as Mulheres. O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- NOGUEIRA, Conceição, *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género: Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT, 2001.
- PALLA, Maria Antónia, *Só Acontece aos Outros: Histórias de Violência*, Amadora: Livraria Bertrand, 1979.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- QUEIROGA, Fernando, *Portugal Oprimido: Factos e Nomes da Ditadura Salazarista*, Lisboa: O Século, 1974.
- QUIVY, Raymond, e CAMPENHOUDT, LucVan, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, Coleção Trajectos, 1998.
- RABY, Dawn Linda, *Resistência Antifascista em Portugal 1941/1974: Comunistas, Democratas e Militares em Oposição a Salazar*, Lisboa: Edições Salamandra, Coleção Tempos Modernos, 1990.
- ROCHA, João L. de Moraes, *O Essencial sobre a Imprensa em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- RODRIGUES, Avelino, BORGA, Cesário, e CARDOSO, Mário, *Portugal Depois de Abril*, Lisboa: Edições de António dos Reis, 1976.

- SANTO, Sílvia Espírito, *Adeus, até ao Teu Regresso: o Movimento Nacional Feminino na Guerra colonial (1961-1974)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher: Bibliografia Anotada (Monografias, 1518-1998)*, Lisboa: Cosmos, 1999.
- SCHULAMIT, Reinharz, *Feminist Methods in Social Research*, Oxford: Oxford University Press, 1992.
- SOBREIRA, Rosa Maria Campos. *Os Jornalistas Portugueses 1933 — 1974, Uma Profissão em Construção*, dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Lisboa: Departamento de Ciências da Comunicação, 2001. (Policopiado)
- TAVARES, Manuela, *Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 2ª Edição, 1989.
- TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*, Lisboa: Vega, 1993.

### Contribuições em Monografias

- AMARAL, Ana Luísa, e MACEDO, Ana Gabriel (orgs.), «Género», in *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto: Edições Afrontamento, 2005, pp. 87-88.
- FERREIRA, José Medeiros (coord.), «A Evolução da Sociedade Portuguesa», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal: Portugal em Transe* (Vol. 8), Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 223-270.
- FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro Ferreira, «Feminismo/Feminismos», in AMARAL, Ana Luísa, MACEDO, Ana Gabriel (orgs.), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto: Edições Afrontamento, 2005, pp. 87-88.
- PALLA, Maria Antónia, «As Mulheres e o Século XXI: Uma Tão Longa Marcha. Alguns Apontamentos sobre a História das Mulheres e os Estudos sobre as Mulheres», in FIADEIRO, Maria Antónia (org.), *Mulheres Século XXI: 101 Livros*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

- SEATON, Jean, e PIMLOTT, Ben, «The Portuguese Media in Transition», in KENNETH, Maxwell, *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, Londres: Greenwold Press, 1983.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena, «História do Jornalismo Português», in QUINTEIRO, Alejandro Pizarroso, *História da Imprensa*, Lisboa: Planeta Editora, 1996.
- ROSAS, Fernando (coord.), «As Mudanças Invisíveis do Pós-guerra: Uma Sociedade em Mutação», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal: O Estado Novo* (Vol. 7), Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 419-495.
- SCOTT, Joan Wallach. «A Mulher Trabalhadora», in PERROT, Michelle, e DUBY, Georges (orgs.) *História das Mulheres: O Século XIX*, Vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 443-475.
- SCOTT, Joan Wallach, «Gender: a useful Category of Historical Analysis», in SHOEMAKER, Robert, VINCENT, Mary (orgs.), *Gender and History in Western Europe*, Londres: Arnold, 1998, pp. 42-65.
- THÉBAUD, Françoise, «A Grande Guerra — o Triunfo da Divisão Sexual do Trabalho», in DUBY, Georges, e PERROT, Michelle (org.), *História das Mulheres no Ocidente — o Século XX*, Vol. V, Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 30-90.
- VAN DE CASTELE, Sylvie, e VOLDMAN, Danièle, «Les Sources Orales pour l'Histoire des Femmes», in PERROT, Michelle (comp.), *Une Histoire des Femmes, Est-elle Possible?*, Paris: Rivages, 1984, pp. 60-70.
- TOURAINÉ, Alain, et al. (coord.), «Género» e «Feminismo», in *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, LESSA, Renato, SANTOS, Wanderley Guilherme, e ZAHER, Jorge (editores brasileiros), Rio de Janeiro: Edições Dinalivro, 1996, pp. 304-07 e pp. 332-335.

## Artigos de Publicações em Documentos Electrónicos

- BEBIANO, Rui, SILVA, Alexandra, «A Reidentificação do Feminino e a Polémica sobre a “Carta a Uma Jovem Portuguesa”». s.d.
- LOBO, Cláudia, «Corredora de Fundo», s.d. in Sítio do Clube dos Jornalistas.
- PORTUGAL, Margarida, «Fazedoras de Opinião», in *Máxima on-line*, s.d.,
- PETROV, Petrav, «O Ensaio na Obra de José Cardoso Pires», in VI Congresso Internacional de Lusitanistas, s.d.
- RAPIN, Anne, Entrevista com a historiadora Michelle Perrot, in *Label France*, número 37, Outubro de 1999.
- SUBTIL, Filipa, «As Mulheres Jornalistas», in *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*, s.d. [www.bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/subtil-filipa-mulheres-jornalistas.pdf).
- VALBY, Monica, «Discriminação Sexual e Mídia», in *Label France*, número 37 Outubro de 1999.
- «Currículo de Diana Andringa», in Sítio do Sindicato dos Jornalistas, s.d.
- «Currículo de Maria Antónia Palla», in Sítio do Sindicato dos Jornalistas, s.d.: <http://www.jornalistas.online.pt/imprimirasp?id=408&idcanal=406>
- «Marcos históricos na vida do SJ», In Sítio do Sindicato dos Jornalistas, s.d.: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=485&idselect=51&idCanal=51&p=0>
- «Sufragista»: Autobiografia de Maria Teresa Horta, in *Visão online*, s.d.
- «Todos os Defeitos e Poucas Virtudes», Entrevista a Maria Teresa Horta, in [http://www.wsmcafe.com/new\\_users/1/0/10200182ad7/page9.html](http://www.wsmcafe.com/new_users/1/0/10200182ad7/page9.html)

## Actas de Congressos e Colóquios

- ARAÚJO, Helena Costa, «A Batalha em torno da Co-Educação, 1919-1927». in FERNANDES, Rogério, e ADÃO, Áurea (org.), *I Congresso Luso-brasileiro de História da Educação: Leitura e Escrita em Portugal e no*

- Brasil: 1500-1970, Actas*, Vol. I, Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998.
- ARAÚJO, Helena, *et al.*, «A Co-educação em Portugal: Alguns Contributos». Comunicação apresentada no Colóquio Outros Sentidos para a Cidadania.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, «Aspectos da Emigração Portuguesa», in *III Colóquio Internacional de Geocrítica: Actas*, Barcelona: Scripta Nova, 2001.
- BELEZA, Teresa Pizarro, «Desigualdade e Diferença no Direito Português», in *III Curso Internacional de Verão de Cascais (1 a 06 Julho de 1996). Actas*, Vol. I, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1997, pp. 179-190.
- COLÓQUIO DA FACULDADE DE LETRAS, *O Fascismo em Portugal: Actas*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.
- COVA, Anne, «Escrever a História das Mulheres», in *V Curso Internacional de Verão de Cascais (6 a 11 Julho de 1998): Actas*, Vol. 4, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1999, pp. 117-130.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika, «Mulheres Jornalistas na Imprensa Brasileira», in Apresentação no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande — MS.
- SOUSA, Maria Reynolds, «As Primeiras Deputadas Portuguesas», in *Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa: Visão Histórica e Perspectivas Actuais: Actas*, Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.

### Artigos de Publicações em Série

- BOCK, Gisela, «História, História das Mulheres, História do Género», in *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 4, Novembro 1989, pp. 158-187.
- BERTAUX, Daniel, «Los Relatos de Vida en Analisis Social I», in *Historia y Fuente Oral*, n.º 1, Barcelona: Publicacions UB, 1990.
- CONDE, Idalina, «Falar da Vida (I)», in *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 14, Lisboa: CIES: Departamento de Sociologia, 1994, pp. 199-222.
- CONDE, Idalina, «Falar da Vida (II)», in *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 16, Lisboa: CIES: Departamento de Sociologia, 1994, pp. 41-74.

- COVA, Anne, e PINTO, António Costa, «O Salazarismo e as Mulheres – Uma Abordagem Comparativa», in *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17, Outubro 1997, pp. 71-94.
- FADEIRO, Maria Antónia, «Maria Antónia Palla, Feminista e Jornalista (Notas para Uma Biografia)», in *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher* n.º 12, 2004, pp. 143-148.
- GUIMARÃES, Elina, «A Mulher Portuguesa na Legislação Civil», in *Análise Social*, Vol. XXII (92-93), 1986 -3º-4º, pp. 557-577.
- PIROLO, Alda Lúcia, «O Processo de Comunicação e Informação: Sua Influência no Movimento do Homem em Movimento no Mundo», in *O Professor*, n.º 52, 1996, pp. 15-23.
- SCOTT, Joan Wallach (1988), «Gender: a Useful Category of Historical Analysis», in *American Historical Review*, 91, n.º 5, 1986.
- SILVA, Pedro Alcântara, «Quem Somos Nós?», in *Jf — Jornalismo e Jornalistas*, n.º 4, Outubro/Dezembro, 2000.
- SILVEIRINHA, Maria João, «Representadas e Representantes: as Mulheres e os Media», in *Media e Jornalismo*, n.º 5, ano 3, 2004, pp. 9-29.
- NP 405-I. 1994. Norma Portuguesa: Informação e Documentação. Lisboa: IPQ, 1995.
- A Política de Informação no Regime Fascista*, 2.º volume, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980.

### Artigos de Jornais

- CACHO, «A Elite de Sombrero», in *Visão*, 5 de Agosto de 2009.
- HENRIQUES, Júlio, «A Manifestação dos Impotentes», in *Expresso*, 18 Janeiro de 1975.
- RIBEIRO, Raquel, «Lá fora o eco de *Novas Cartas Portuguesas* foi enorme», in *Ípsilon, Público*, 10 de Outubro de 2010.
- RODRIGUES, Ana, «Uma Vida Construída de Percursos Femininos, Leituras Modificam Maria Teresa Horta», in *Notícias da Amadora*, 27 Março de 2003.



«1975 — Ano Internacional da Mulher», in *Expresso*, 11 Janeiro de 1975.  
«Strip-tease de contestação organizado pelo MLM», in *Expresso*, 11 Janeiro de 1975.  
«Uma Jornalista em Tribunal», in *Diário Popular*, 3 Janeiro 1970.

## Entrevistas

Entrevista realizada a Acácio Barradas a 12 de Junho de 2004, em Lisboa.  
Entrevista realizada a Diana Andringa a 21 de Junho de 2004, em Lisboa.  
Entrevista realizada a Maria Antónia Palla a 7 de Outubro de 2004, em Lisboa.  
Entrevista realizada a Edite Soeiro a 9 de Dezembro de 2004, em Oeiras.  
Entrevista realizada a Leonor Pinhão a 8 de Agosto de 2005, em Lisboa.  
Entrevista realizada a Maria Teresa Horta a 4 de Janeiro de 2006, em Lisboa.  
Entrevista realizada a Alice Vieira a 7 de Julho de 2006, em Lisboa.

## AS PRIMEIRAS MULHERES REPÓRTERES

FOI COMPOSTO EM CARACTERES  
HOEFLER TEXT E IMPRESSO PELA  
GUIDE, ARTES GRÁFICAS, SOBRE  
PAPEL CORAL BOOK DE 80 GRS,  
NO MÊS DE JULHO DE 2012.

